



## DECLARAÇÃO “O PÚBLICO EM MÃOS PÚBLICAS”

### Fórum Sindical das Américas - 07 de outubro de 2020

A Confederação Sindical de Trabalhadoras e Trabalhadores das Américas (CSA), junto às Federações Sindicais Internacionais (ISP<sup>1</sup>, UNI<sup>2</sup>, IndustriALL<sup>3</sup>, ITF<sup>4</sup>, ICM<sup>5</sup> e IE<sup>6</sup>), e o *Comitê Brasileiro em Defesa das Empresas Públicas*, se manifesta em defesa das empresas e serviços públicos, fundamentais particularmente em períodos de crises, para o desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida da população.

A crise global gerada pelas medidas de resposta à pandemia da Covid-19 evidenciou o que já tínhamos denunciando há anos, as insuficiências do atual modelo de Estado e da política econômica global, com uma crescente concentração das riquezas nas mãos de uns poucos e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade, proteção social universal e trabalho decente para as massas de trabalhadoras e trabalhadores.

Hoje é ainda mais necessário reafirmar nosso reconhecimento da água, as sementes, as florestas, a energia, a terra, a biodiversidade, os saberes ancestrais, os serviços públicos, a saúde e a educação como bens comuns. Reivindicamos e defendemos como o direito a seu acesso, utilização e controle, que devem ser garantidos pelos Estados, com critérios baseados na democracia, a justiça e a sustentabilidade.

Afirmamos que o público deve ficar em mãos públicas, para toda a cidadania, com transparência e participação real da sociedade na tomada de decisões, para que sejam orientados cada vez mais a servir à população, em especial às mulheres, meninas, meninos, jovens, terceira idade, pessoas com deficiências, afrodescendentes e os povos originários.

As empresas e os serviços públicos universais, além de ser direitos humanos básicos, são fundamentais nos processos de desenvolvimento econômico, de justiça social, distribuição da renda e para atender a população mais carente.

---

<sup>1</sup> Internacional de Serviços Públicos;

<sup>2</sup> UNI Américas, braço continental de UNI Global Union

<sup>3</sup> IndustriALL Global Union

<sup>4</sup> Federação Internacional dos Trabalhadores do Transporte

<sup>5</sup> Internacional de Trabalhadores da Construção e a Madeira

<sup>6</sup> Internacional da Educação América Latina



Os serviços privatizados apenas contemplam os interesses de 1%. Ou seja, os que controlam as grandes empresas transnacionais aumentam seus lucros em detrimento das trabalhadoras, os trabalhadores, da sociedade em geral com custos altíssimos que poderiam ser muito menores com empresas e serviços públicos de qualidade, sob controle democrático pelo conjunto da sociedade.

A CSA e Federações Sindicais Internacionais, junto às nossas centrais e aos sindicatos nacionais, continuaremos lutando a cada dia contra da privatização e pela democracia, unindo de maneira cada vez mais sólida e solidária o movimento sindical, no âmbito local e global.

De igual maneira, reforçaremos o trabalho de parcerias com outros setores, movimentos sociais e organizações que defendem uma agenda democrática e de direitos que inclui a reivindicação de um Estado democrático, com um orçamento público que fortaleça as instituições responsáveis da cobertura dos direitos sociais da população, especialmente saúde, educação, água, saneamento básico e proteção social, entre outros.

Exigimos que os multimilionários e as grandes empresas transnacionais paguem sua cota proporcional de impostos e que os governos da região impulsionem propostas de reformas tributárias progressivas, nas que 1% pague proporcionalmente mais e as trabalhadoras, trabalhadores e populações mais vulneradas paguem menos impostos. Não aceitamos a crescente inequidade social na região que já é a mais desigual do mundo.

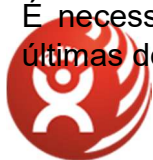
Manteremos nossa recusa os tratados de livre comércio e acordos de proteção de investimentos, que favorecem somente o interesse das grandes empresas transnacionais, desregulando o Estado, impulsionando a privatização, priorizando os direitos das transnacionais frente aos direitos da população trabalhadora, entre eles, o trabalho decente e aprofundando o modelo agro extrativo que destrói nosso patrimônio ambiental e cultural dos povos originários.

Uma resposta democrática à crise do modelo neoliberal, que foi intensificada pela pandemia, exige políticas ativas de geração de emprego. Queremos mais oportunidades de trabalho decente, que contribuam à transição justa de um capitalismo que destrói os trabalhos, os direitos trabalhistas e o ambiente para uma sociedade sustentável.

Para conseguir todos esses objetivos, é fundamental construir democraticamente um novo contrato social global, onde o Estado e as políticas públicas deverão ter um papel central em favor da população excluída do atual modelo político-econômico.



É necessário combater a narrativa neoliberal predominante na região nestas últimas décadas dizendo que o público é eficiente, incorrupto e esgota os



COMITÊ NACIONAL  
EM DEFESA DAS  
EMPRESAS  
PÚBLICAS

recursos do Estado. As experiências históricas sustentam que os serviços públicos são fundamentais para superar as crises, avançar para o desenvolvimento econômico, o trabalho decente, a redução de inequidades e a melhora da qualidade de vida da população. O presente demonstra que alguns países do Norte estão retornando os serviços públicos às mãos públicas, que o privado nunca poderá fornecer serviços básicos com a universalidade, qualidade e valores que o público oferece.

Das nossas organizações sindicais continuaremos lutando unitariamente em toda América por empresas e serviços públicos de qualidade, com empregos decentes. Promovendo debates, materiais e a divulgação de pesquisas nesse sentido, impulsionando e apoiando campanhas nacionais e atos unificados em defesa desse lema onde houver ameaças ao público.

Levaremos esta luta aos diferentes espaços internacionais existentes na nossa região, como a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, da qual fazemos parte, a Plataforma América Latina Melhor sem TLC e outras coalisões, conscientes que a luta pelos empregos, empresas e serviços públicos de qualidade vai além do movimento sindical, integra a quem lutam pelos direitos humanos, sociais, econômicos e ambientais e por uma sociedade mais justa.

- Por um Novo Contrato Social, com trabalho decente e acesso universal aos bens e serviços públicos.
- Por um Estado democrático, um orçamento público ao serviço da sociedade e por justiça fiscal.
- Contra a privatização do Estado e a captura corporativa das empresas públicas - Se for Público é de todas e todos.
- Exigimos que o público esteja em mãos públicas porque se for público é de todas e todos!